

Declaração dos Riscos Orçamentais
Orçamento Geral do Estado para 2027

Setembro 2026

A Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais (CCGRO) tem por missão apoiar as autoridades governamentais e nacionais a definir, identificar, avaliar, acompanhar a coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais, e assegurar que os riscos que podem afetar os resultados orçamentais, programados e projetados, incluindo as responsabilidades contingentes, sejam bem identificados, avaliados, monitorizados, geridos e comunicados (Resolução nº 75/2022, de 30 de junho).

Edição/Redação – Secretariado da Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais

MF – CCGRO – setembro 2026

Índice

Índice de Tabelas e Figuras	4
Siglas e acrónimos.....	5
Enquadramento	6
A. Introdução	8
B. Principais Riscos Orçamentais.....	9
B1. Riscos Macroeconómicos	9
B2. Riscos associados à Dívida.....	13
B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado	15
B4. Riscos decorrentes das Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais	18
B5. Riscos cibernéticos	21
B6. Outros Riscos	23
C. Quantificação dos riscos.....	24
D. Conclusão e Recomendações.....	25

Índice de Tabelas e Figuras

<i>Tabela 1 - Classificações de Cabo Verde - Fitch Ratings</i>	<i>10</i>
<i>Tabela 2 - Análise de sensibilidade para a variação do PIB</i>	<i>12</i>
<i>Tabela 3 - Composição e Indicadores da Dívida Pública</i>	<i>14</i>
<i>Tabela 4 - Indicadores de endividamento/solvabilidade</i>	<i>16</i>
<i>Tabela 5 - Risco Global das 6 maiores empresas do SEE.....</i>	<i>17</i>
<i>Tabela 6 - Análise de Risco para Inundações com tempo de retorno de 50 anos</i>	<i>20</i>
<i>Tabela 7 - Análise de Risco para Secas com tempo de retorno de 10 anos.....</i>	<i>20</i>
<i>Tabela 8 - Matriz de Risco Cibernético.....</i>	<i>22</i>
<i>Tabela 9 - Quantificação de Riscos Orçamentais</i>	<i>24</i>

<i>Figura 1 - Stock de Avals e Garantias.....</i>	<i>14</i>
---	-----------

Siglas e acrónimos

CCGRO	Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais
CVE	Escudo Cabo-verdiano
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
MF	Ministério de Finanças
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parcerias Público Privadas
SEE	Setor Empresarial do Estado

Enquadramento

A sustentabilidade das finanças públicas de Cabo Verde permanece condicionada por um contexto internacional marcado por incerteza geopolítica, pressões inflacionistas e riscos associados à evolução das condições financeiras e dos mercados internacionais. De acordo com a atualização de julho de 2026 do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia mundial deverá situar-se em 3,0% em 2026 e 3,4% em 2027. Em contrapartida, a inflação global deverá aumentar de 4,1% em 2025 para 4,7% em 2026, antes de moderar para 3,9% em 2027, interrompendo temporariamente a trajetória de desinflação observada nos últimos anos.

As perspetivas mundiais continuam sujeitas a riscos relevantes, nomeadamente novos choques energéticos, perturbações nas cadeias de abastecimento, agravamento das tensões comerciais e maior volatilidade das condições financeiras. Num contexto de elevados níveis de endividamento público em várias economias, a margem de resposta das políticas orçamentais a novos choques permanece limitada, reforçando a importância da preservação do espaço orçamental e da capacidade de adaptação das economias.

Para Cabo Verde, enquanto pequena economia insular, aberta e com uma base produtiva pouco diversificada, estes riscos assumem particular relevância. A forte dependência das importações, designadamente de bens essenciais e energia, e a importância do turismo para a atividade económica, o emprego e as receitas externas reforçam a exposição a choques externos. Uma desaceleração da economia mundial, uma redução da procura nos principais mercados emissores, alterações nas condições de viagem ou perturbações nos transportes internacionais poderão repercutir-se sobre o crescimento económico, a inflação, as contas externas e as receitas públicas.

A vulnerabilidade do país é igualmente agravada pela exposição a riscos climáticos, nomeadamente secas e episódios de precipitação extrema, suscetíveis de afetar a produção agrícola, as infraestruturas e os ativos económicos, incluindo os associados ao turismo. A materialização destes riscos poderá gerar necessidades adicionais de despesa pública para prevenção, resposta, recuperação e reconstrução.

Os efeitos destes choques poderão transmitir-se às finanças públicas através da redução das receitas associada a uma menor atividade económica, do aumento de determinadas despesas, da necessidade de medidas de apoio e de maiores necessidades de financiamento. Estes impactos poderão ser agravados pelos riscos associados à dívida pública e às empresas públicas, reduzindo a margem de resposta do Estado perante choques adversos.

Neste contexto, o reforço da resiliência económica e orçamental requer a continuidade da diversificação da base produtiva, a manutenção da prudência orçamental, a preservação de reservas internacionais e de espaço fiscal e o fortalecimento da capacidade de prevenção e resposta a choques externos, financeiros e climáticos.

A. Introdução

A Declaração de Riscos Orçamentais constitui um instrumento de apoio à transparência, à disciplina e à sustentabilidade das finanças públicas, ao permitir a identificação, avaliação e monitorização dos principais fatores suscetíveis de afetar a execução orçamental e a trajetória das contas públicas. A sua elaboração contribui para uma abordagem mais preventiva da gestão orçamental, reforçando a capacidade do Estado para antecipar potenciais desvios e definir medidas adequadas de mitigação.

A presente Declaração sistematiza os principais riscos que, pela sua natureza, probabilidade ou potencial impacto, poderão afetar as finanças públicas de Cabo Verde no curto, médio e longo prazos

Neste âmbito, são analisadas as seguintes categorias de riscos orçamentais:

- **Riscos macroeconómicos** – associados a eventuais desvios face às projeções de crescimento económico, inflação, taxas de juro e de câmbio, procura externa e outras variáveis macroeconómicas relevantes, com potencial impacto sobre as receitas, as despesas e as necessidades de financiamento do Estado;
- **Riscos associados à dívida pública** – decorrentes, nomeadamente, da evolução do nível e da estrutura da dívida, das condições de financiamento e da exposição a alterações das taxas de juro e de câmbio, tendo em conta a trajetória de redução da dívida e a necessidade de assegurar a sua sustentabilidade;
- **Riscos associados às empresas públicas e participadas do Estado** – relacionados com a situação económico-financeira destas entidades e com a possibilidade de materialização de passivos contingentes, execução de garantias, necessidade de apoio financeiro ou assunção de outros encargos pelo Estado;
- **Riscos climáticos e de catástrofes naturais** – decorrentes da elevada exposição de Cabo Verde a fenómenos climáticos adversos, com potencial impacto sobre a atividade económica, as infraestruturas e os ativos públicos, bem como sobre as necessidades de despesa associadas à prevenção, resposta e recuperação;
- **Riscos de segurança cibernética** – associados a ameaças à segurança e continuidade dos sistemas e serviços digitais do Estado, suscetíveis de gerar

interrupções de serviços, perdas ou recuperação de dados e despesas adicionais com prevenção, resposta e recuperação;

- **Outros riscos orçamentais** – incluindo os associados à evolução demográfica e às despesas com pensões, a eventuais decisões judiciais com impacto financeiro para o Estado, entre outros fatores suscetíveis de gerar pressões adicionais sobre as finanças públicas.

A análise desenvolvida para cada categoria procura identificar os principais fatores de risco, avaliar os seus potenciais efeitos sobre as finanças públicas e apresentar os mecanismos de acompanhamento e mitigação disponíveis.

B. Principais Riscos Orçamentais

Esta secção identifica e analisa os principais riscos orçamentais suscetíveis de afetar a execução do Orçamento do Estado, a trajetória das finanças públicas e a sustentabilidade da dívida pública. A análise incide sobre as fontes de risco com potencial impacto nas receitas, despesas, saldo orçamental e posição financeira do Estado, procurando avaliar a sua natureza, magnitude e possíveis implicações para as finanças públicas.

B1. Riscos Macroeconómicos

A economia cabo-verdiana, caracterizada pela elevada integração com a economia internacional, pela condição de pequena economia insular e pela reduzida diversificação, apresenta elevada exposição a choques externos, dada a dependência das importações e a concentração da atividade económica no turismo, com potenciais impactos sobre o crescimento, a inflação, as contas externas e as finanças públicas. Alterações na procura turística, nos preços internacionais e nas condições financeiras externas, bem como a ocorrência de eventos climáticos extremos, poderão afetar a atividade económica, reforçando a necessidade de fortalecer a resiliência económica e manter a prudência orçamental.

Rating soberano e sinal de mercado

A *Fitch Ratings* reviu, em abril de 2026, a perspetiva do rating soberano de Cabo Verde de Estável para Positiva, mantendo a classificação em 'B'. A revisão reflete a

consolidação fiscal, a trajetória descendente da dívida pública, o crescimento económico robusto, sustentado sobretudo pelo turismo, e o fortalecimento da posição externa e das reservas internacionais.

A *Fitch* projeta uma redução da dívida pública para cerca de 85% do PIB em 2027, face a 100% em 2025, apoiada pelo crescimento nominal e por saldos primários positivos. Contudo, a classificação continua limitada pelo elevado nível da dívida pública e externa, pelos passivos contingentes das empresas públicas e pela vulnerabilidade da economia a choques externos, particularmente através do turismo. A manutenção da perspetiva positiva dependerá, entre outros fatores, da continuidade da disciplina fiscal, da redução sustentada da dívida e do reforço da posição externa.

Tabela 1 - Classificações de Cabo Verde - Fitch Ratings

ENTIDADE / DÍVIDA	TIPO DE CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	AÇÃO DE AUDIÊNCIA	PRIOR
Cabo Verde	LT IDR	B 	Confirmado	B 
	ST IDR	B	Confirmado	B
	LC LT IDR	B 	Confirmado	B 
	LC ST IDR	B	Confirmado	B
	Teto do Interior	B+	Confirmado	B+

Fonte: Fitch Ratings – 2026

Por sua vez, a S&P Global Ratings elevou, em fevereiro de 2026, a classificação soberana de longo prazo de Cabo Verde de B para B+, mantendo o rating de curto prazo em B e atribuindo uma perspetiva positiva. A decisão reflete a redução das vulnerabilidades fiscais e externas, sustentada pela consolidação orçamental, pelo dinamismo do turismo e das remessas, pelo reforço das reservas internacionais e pelo perfil maioritariamente concecional da dívida pública. A perspetiva positiva sinaliza a possibilidade de uma nova melhoria do rating, caso o crescimento económico continue a favorecer a redução da dívida e o fortalecimento das contas externas. Contudo, uma diminuição significativa das receitas do turismo, uma deterioração dos termos de troca ou um enfraquecimento

da consolidação orçamental poderão exercer pressão negativa sobre a classificação soberana.

Principais riscos macroeconómicos:

Tendo em conta a realidade da economia cabo-verdiana e o contexto internacional, pode-se ainda considerar como principais riscos macroeconómicos:

- i) Contração do turismo, decorrente de fatores geopolíticos, sanitários ou cíclicos, com impacto potencial sobre o PIB, o emprego, as receitas fiscais e as reservas externas.
- ii) Volatilidade dos preços internacionais da energia e dos alimentos, com efeitos sobre a inflação, os termos de troca, o consumo e o investimento, podendo gerar custos adicionais para o Estado.
- iii) Redução das remessas dos emigrantes, com possíveis efeitos sobre o rendimento das famílias, o consumo, as receitas fiscais e a balança de pagamentos.
- iv) Abrandamento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), podendo limitar a entrada de capitais e o financiamento de projetos estratégicos, com repercussões no crescimento económico, no emprego e nas receitas públicas.
- v) Riscos climáticos e catástrofes naturais, suscetíveis de provocar perdas económicas, interrupções temporárias da atividade e necessidades adicionais de despesa para a reconstrução e recuperação.
- vi) Riscos fiscais e financeiros, associados ao elevado nível da dívida pública e à sua sensibilidade a choques no crescimento económico, nas taxas de juro e nas condições de financiamento.
- vii) Passivos contingentes das empresas públicas e das Parcerias Público-Privadas (PPP), incluindo a eventual execução de garantias públicas e necessidades de recapitalização, com impacto potencial sobre o Orçamento do Estado.
- viii) Riscos orçamentais, políticos e sociais internos, relacionados com pressões sobre a despesa pública, sobretudo em períodos pré-eleitorais, e com eventuais atrasos nas reformas estruturais, nomeadamente nos setores das empresas públicas, energia e ambiente de negócios.

Tabela 2- Análise de sensibilidade para a variação do PIB

Indicadores	Unidade	2027		
		Cenário Base	Cenário Risco	Diferença
PIB	Var. em %	5,6	3,0	-2,6
Inflação	Var. em %	2,0	4,2	2,2
Impostos	Milhões de CVE	78 095,9	66 947,0	-11 148,9
Outras Receitas	Milhões de CVE	15 496,5	9 285,0	-6 211,5
Financiamento Interno	Milhões de CVE	4 101,2	13 569,0	9 467,8
Dívida Pública	% do PIB	87,5	94,2	6,7
Dívida Externa	% do PIB	56,6	60,9	4,3
Dívida Interna	% do PIB	30,9	33,3	2,4

Fonte: DNP/MF

Na tabela acima consta a estimativa dos principais riscos macroeconómicos referentes à execução orçamental de 2027. No cenário base, o crescimento de 5,6% com uma inflação de 2,0% sustenta uma receita de impostos de 78.095,9 milhões de CVE e outras receitas de 15.496,5 milhões CVE, exigindo 4101,2 milhões de CVE de financiamento interno. A dívida estabiliza-se nos 87,5% do PIB, dos quais 56,6% correspondem à dívida externa e 30,9% à dívida interna.

Se os riscos se materializarem, nomeadamente, um turismo mais fraco, energia e alimentos mais caros, remessas e IDE em baixa e choques climáticos, o crescimento abranda para 3,0% e a inflação sobe para 4,2%. A base fiscal diminui (impostos: 66.947 milhões de CVE; outras receitas: 9.285,0 de milhões de CVE) e o financiamento interno necessário quase duplica, atingindo os 13.569,0 milhões de CVE, em 2027. Com um PIB nominal mais baixo e um maior recurso a emissões, o rácio dívida/PIB agrava-se para 94,2% (60,9% externa e 33,3% interna).

B2. Riscos associados à Dívida

A dívida de Cabo Verde caiu para 101,3% do PIB em 2025, representando uma queda de 10,6% quando comparado com o rácio de 111,8% atingido em 2024. Esta diminuição é impulsionada pelo crescimento do PIB e pela implementação de políticas fiscais de controlo de despesas e de melhorias na arrecadação de receitas do Estado. Prevê-se que este rácio mantenha a sua trajetória descendente e que em 2027 atinja valores inferiores a 100% do PIB, em linha com o objetivo de redução do peso da dívida pública face ao PIB traçado pelo Governo.

A média de taxa de juro da dívida de Cabo Verde é baixa e na sua maioria é fixa. A dívida externa que, em 2025, constituía cerca de 66,7% do total da dívida, tem uma taxa média em torno de 0,98% e cerca de 83,2% desta taxa é fixa. Na dívida interna, a média de taxa de juros é de 2,8% e é 100% fixa, o que mitiga os riscos de aumento do volume de juros a pagar por ano.

No que tange à maturidade da dívida de Cabo Verde, a dívida externa tem uma maturidade remanescente em média cerca de 13 anos e a dívida doméstica em torno de 7 anos. Em relação ao risco cambial, é de referir que a dívida externa é contratada na sua totalidade em divisas, porém, 49,7% do stock desta dívida, em 2025, é denominada em Euro, que tem paridade cambial fixa com o CVE, o que mitiga, em parte, o risco cambial do portfólio da dívida. A dívida interna é emitida, na sua totalidade, em CVE.

Os passivos contingentes do governo diminuíram em 2025, mas permaneceram significativos e representam um risco importante para a economia do país. O passivo contingente explícito referentes às entidades estatais (SOE) ascendeu a 7,7% do PIB no ano de 2025, representando uma diminuição de 1,5% p.p face ao valor de 2023.

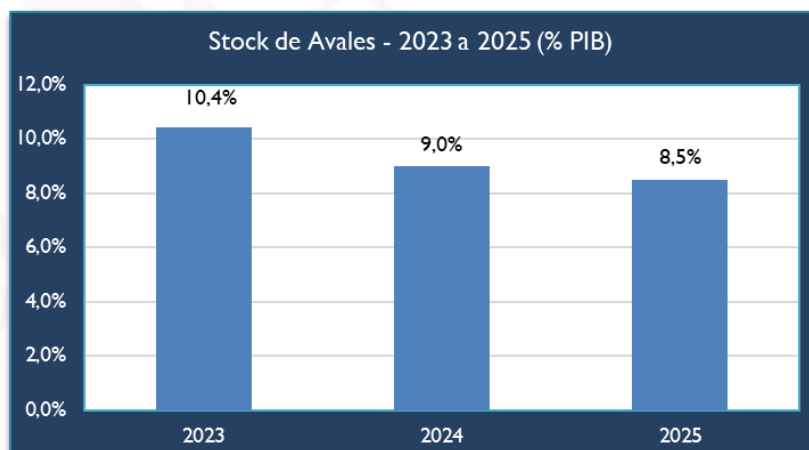
O total passivo contingente do Estado representa 8,4% da stock da dívida pública no final de 2025.

Na tabela e no gráfico abaixo apresenta-se os indicadores da dívida pública e dos passivos contingentes explícitos.

Tabela 3 - Composição e Indicadores da Dívida Pública

	2023	2024	2025
Saldo da Dívida Pública	298 084,7	309 352,1	302 931,3
% do PIB	116,9%	111,8%	101,3%
Dívida Externa	204 656,4	210 251,4	202 055,7
Dívida Interna	93 428,3	99 100,7	100 875,5
Total Desembolsos	26 286,8	30 864,0	36 658,4
% do PIB	10,31%	11,2%	12,3%
Dívida Externa	10 417,1	10 929,3	12 166,0
Dívida Interna (incl. outros créditos)	15 869,8	19 934,7	24 492,4
Total Serviço da Dívida	24 808,8	26 656,5	30 222,1
% das Exportações	12,4%	11,0%	10,9%
% das Receitas do Estado	37,5%	38,4%	33,6%
% das Reservas Internacionais	16,3%	15,9%	11,6%
Dívida Externa	12 289,0	12 945,8	13 564,5
Dívida Interna	12 519,8	13 710,7	16 657,6
Memória: PIB	254 972,8	276 588,0	299 131,5
Exportações	98 758,4	118 045,7	124 603,0
Receitas do Estado	66 235,0	69 349,4	90 046,1
Reservas Internacionais	75 509,1	81 180,6	117 381,9

Figura 1 - Stock de Avals e Garantias



Fonte: DGT/MF

B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado

O Setor Empresarial do Estado (SEE) assume uma função estratégica na economia nacional, com intervenção em setores essenciais como a energia, as telecomunicações, as indústrias extrativas, as infraestruturas e os serviços financeiros. A sua relevância para a prestação de bens e serviços essenciais e para a atividade económica faz com que a situação financeira destas empresas constitua uma dimensão importante na avaliação dos riscos orçamentais. Com efeito, eventuais dificuldades financeiras das empresas públicas e participadas poderão traduzir-se em necessidades de apoio financeiro do Estado, na execução de garantias prestadas ou na assunção de outros encargos, com impacto sobre as finanças públicas.

As seis maiores empresas do SEE enfrentaram, em anos transatos, desafios estruturais que se refletiram na retração do volume de negócios e na deterioração dos resultados operacionais e líquidos. Contudo, os resultados do exercício de 2025 evidenciam uma inversão desta tendência, com uma evolução favorável do desempenho financeiro agregado. O EBIT das seis maiores empresas situou-se, em 2025, em cerca de 4,1 mil milhões de CVE. Embora os valores de fecho tenham ainda caráter provisório, este indicador confirma a manutenção de resultados operacionais positivos. Os modelos de projeção indicam a continuidade desta robustez financeira, perspetivando-se a consolidação do desempenho positivo no horizonte de 2027.

Apesar desta evolução, subsistem vulnerabilidades ao nível da rentabilidade, liquidez, endividamento e solvabilidade, que justificam a manutenção de um acompanhamento próximo. A deterioração destes indicadores poderá reduzir a capacidade das empresas para cumprir as suas obrigações financeiras e aumentar a probabilidade de recurso a apoio público. Neste contexto, a dependência financeira das empresas face ao Estado permanece uma dimensão relevante do risco orçamental, sendo a redução dessa dependência e o reforço da sustentabilidade financeira das empresas elementos centrais para a mitigação deste risco.

Uma das principais vias de exposição das finanças públicas decorre da concessão de avals e de empréstimos de retrocessão às empresas do SEE. Em determinados contextos, as empresas do SEE necessitam de captação de financiamento e neste quadro,

tem contado com o papel ativo do Estado através da concessão de avales e da atribuição de empréstimos de retrocessão.

Contudo, importa sublinhar que, caso as empresas participadas não cumpram atempadamente os seus compromissos financeiros, os avales concedidos pelo Estado convertem-se em responsabilidades efetivas para o erário público. Por este motivo, os avales concedidos ao SEE são acompanhados e monitorizados continuamente pela UASE, em estreita articulação com as entidades competentes para a gestão da dívida pública, prevenindo a materialização de passivos contingentes.

Embora a dinâmica dos indicadores de estrutura do capital (Rentabilidade, Liquidez, Endividamento e Solvabilidade), revele melhorias graduais, estes continuam a exigir um seguimento atento e rigoroso, conforme ilustrado no quadro que se segue:

Tabela 4 - Indicadores de endividamento/solvabilidade

Endividamento / Solvabilidade (%)				
	Real			
	2025	2024	2023	2022
Endividamento geral	89%	90%	108%	108%
Endividamento corrente	46%	53%	39%	37%
Passivo/Capital próprio	464%	431%	-29821%	-8879%
Passivo/EBITDA	954%	360%	338%	358%
Liquidez geral	150%	120%	94%	104%
Liquidez corrente	113%	111%	93%	92%

Fonte: UASE/MF

Para além da análise financeira clássica, a UASE procede à avaliação do nível de risco das empresas do SEE através da ferramenta institucional *SOE Health Check Tool*, desenvolvida pelo FMI, cujos resultados apurados em 2025, embora provisórios, apontam para um cenário favorável no conjunto das seis maiores empresas avaliadas.

Tabela 5 - Risco Global das 6 maiores empresas do SEE

Empresas	2025						Risco Global			
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade					
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.	2025	2024	2023	2022
ASA	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Very High Risk	Very Low Risk	Low Risk	Moderate Risk	High Risk
ELECTRA	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	High Risk	Very High Risk	High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
EMPROFAC	Low Risk	Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Moderate Risk	Very High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
ENAPOR	Low Risk	Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Moderate Risk	Very High Risk	Moderate Risk	High Risk	High Risk	High Risk
IFH	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	High Risk	Very High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	High Risk
TACV	Very High Risk	Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk

Fonte: UASE/MP

Apesar destas pressões financeiras, importa sublinhar que as empresas do SEE operam em setores estratégicos cruciais para o desenvolvimento de Cabo Verde, sendo a sua intervenção indispensável para assegurar o bem-estar da população, o acesso a serviços públicos essenciais e a promoção da coesão territorial e social.

Assim, a avaliação de risco e do endividamento do SEE deve ser enquadrada e interpretada numa perspetiva multidimensional, que extravasa a análise estritamente económico-financeira ou contabilística. Dada a natureza dos setores onde operam, a relevância estrutural e o impacto socioeconómico destas entidades exigem uma abordagem equilibrada e criteriosa, que articule a sustentabilidade financeira com a prossecução do interesse público e com a salvaguarda da estabilidade macroeconómica do país.

Neste contexto, a agenda de reformas focou-se em 2025 na modernização do ecossistema legal do SEE através de duas iniciativas estruturantes;

1. A revisão e a elaboração da nova Lei do Setor Público Empresarial: Lei n.º 56/X/2025, de 8 de julho, que procede à segunda alteração à Lei n.º 104/VIII/2016, de 1 de janeiro, alterada pela Lei n.º 58/IX/2019, de 29 de julho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Setor Público Empresarial, incluindo as bases gerais dos estatutos das empresas públicas;
2. A instituição dos novos Estatutos dos Gestores Públicos (EGP) – Decreto-Lei n.º 33/2025 de 24 de outubro, que aprova o EGP.

Estes novos normativos legislativos incorporam políticas rigorosas e reforçadas de governação, transparência e de monitorização do desempenho das empresas do SEE, visando mitigar e reduzir os riscos orçamentais e assegurar a resiliência das empresas e das suas infraestruturas face a riscos climáticos e ambientais, assegurando e garantindo uma trajetória de sustentabilidade que continuará a ser aprofundada até 2027.

B4. Riscos decorrentes das Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais

Cabo Verde enfrenta riscos elevados associados a secas, cheias repentinas, tempestades tropicais e erosão costeira ligada à subida do nível do mar, com efeitos diretos sobre a população, as infraestruturas, a atividade económica e as contas públicas. Esta exposição resulta da condição insular e da orografia, combinadas com a concentração urbana em zonas costeiras, leitos de ribeiras e a degradação de solos. Mantém-se o enquadramento adotado nas Declarações de Riscos Orçamentais de 2025 e de 2026: reforçar a resiliência e a antecipação e integrar a análise quantitativa destes riscos na gestão orçamental anual.

A evidência nacional e internacional aponta para: (i) aumento da frequência e intensidade de eventos extremos de precipitação e de secas num contexto de aquecimento contínuo; (ii) maior exposição populacional urbana a cheias; e (iii) pressão adicional sobre recursos hídricos e infraestruturas, incluindo estradas e sistemas urbanos. O Relatório País sobre Clima e Desenvolvimento do Banco Mundial (*Country Climate and Development Report – CCDR*)¹ indica perdas de produto face a um cenário sem mudanças climáticas, com maior necessidade de importações no cenário “quente e seco”, risco crescente de inundação costeira e disrupções rodoviárias.

Os eventos de 2025 permitiram, calibrar esta análise com dados nacionais atualizados. A tempestade Erin, de 11 de agosto de 2025, atingiu Santo Antão, São Vicente e São Nicolau, com 192,3 mm de precipitação em cinco horas, 11 vítimas mortais e mais de

¹ <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099011425053533766>

27 500 pessoas diretamente afetadas; a Avaliação das Necessidades Pós-Desastre², concluída em dezembro de 2025, estimou danos de 3 432 milhões de escudos, perdas de 1 024 milhões de escudos e necessidades de recuperação de 9 347 milhões de escudos. As chuvas de 13 de novembro de 2025 em Santiago Norte deram origem a um plano de recuperação superior a 2 300 milhões de escudos.

Do ponto de vista orçamental, os impactos materializam-se por três canais principais:

- Despesa pública adicional com resposta e reconstrução;
- Perdas de receita por quebra de atividade (turismo, transportes, agricultura de sequeiro e cadeias de abastecimento);
- Passivos contingentes, com destaque, em seca, para água e energia (maior dessalinização e consumo elétrico) e, em cheia, para responsabilidades associadas ao Setor Empresarial do Estado (SEE) e a Parcerias Público-Privadas (PPP) na reconstrução de infraestruturas.

Cenário de Riscos com Inundações e Secas (Ferramenta de Quantificação de Riscos Orçamentais)

O impacto orçamental final de uma catástrofe natural está diretamente relacionado à intensidade do evento. A probabilidade de ocorrência de catástrofes de diferentes intensidades é geralmente estimada através de análises probabilísticas, as quais fornecem estimativas sobre a interrupção de atividades económicas, as perdas de ativos e a população afetada por catástrofes com diferentes tempos de retorno³. Por exemplo, um evento com um tempo de retorno de 10 anos espera-se que ocorra uma vez a cada década, enquanto um evento com um tempo de retorno de 50 anos é menos frequente, mas com maior intensidade.

Com base num perfil de risco desenvolvido pelo Banco Mundial em 2019⁴, e utilizando-se da Ferramenta de Quantificação de Riscos Orçamentais para seca e para inundações

² <https://recovery.preventionweb.net/publication/documents-and-publications/tempestade-erin-cabo-verde-2025-avaliacao-das-necessidades>

³ O intervalo de tempo entre o evento natural até ele ser igualado ou superado é conhecido como tempo de retorno. A estimativa do tempo do retorno é de extrema importância na caracterização de chuvas intensas e secas. Ressalta-se que o tempo de retorno não tem caráter cíclico. Por exemplo, um evento com um tempo de retorno de 50 anos, ou seja, ocorre em média a cada 50 anos, pode acontecer daqui a cinco anos ou até mesmo ser superado várias vezes nos próximos 30 anos.

⁴ *Disaster Risk Profile 2019*: <https://www.gfdrr.org/en/publication/disaster-risk-profile-cabo-verde>

desenvolvida com suporte técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2024⁵, atualizada em 2026 com os dados dos eventos de 2025 e com o quadro macro fiscal de 2027 fornecido pelo Ministério das Finanças, estima-se que o impacto orçamental das inundações, mantido o tempo de retorno de 50 anos adotado na Declaração de Riscos Orçamentais do OE 2026, e das secas, com tempo de retorno de 10 anos, seria significativo no país. As inundações e as secas poderiam resultar numa redução do saldo operativo de 1,4 p.p. e 0,8 p.p. do PIB, respetivamente, e a dívida pública poderia aumentar em 0,7 p.p. e 0,3 p.p. do PIB em 2027 (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Análise de Risco para Inundações com tempo de retorno de 50 anos

Indicadores	Unidade	2027		Diferença
		Cenário Base	Cenário de Risco	
Receitas	%PIB	22,2	22,2	0,0 p.p.
Despesas	%PIB	20,6	22,0	1,4 p.p.
Saldo Operativo	%PIB	1,6	0,1	-1,4 p.p.
Dívida	%PIB	90,9	91,6	0,7 p.p.

Fonte: Secretariado Nacional para Ação Climática/Secretariado da CCGRO. Cenário de financiamento 3.

Tabela 7 - Análise de Risco para Secas com tempo de retorno de 10 anos

Indicadores	Unidade	2027		Diferença
		Cenário Base	Cenário de Risco	
Receitas	%PIB	22,2	22,2	0,0 p.p.
Despesas	%PIB	20,6	21,4	0,8 p.p.
Saldo Operativo	%PIB	1,6	0,8	-0,8 p.p.
Dívida	%PIB	90,9	91,2	0,3 p.p.

Fonte: Secretariado Nacional para Ação Climática/Secretariado da CCGRO. Cenário de financiamento 3.

O custo público total da resposta (assistência às populações afetadas e reconstrução de ativos) é estimado em cerca de 77 milhões de dólares no cenário de inundação de referência e em cerca de 22 milhões de dólares no cenário de seca de referência, o equivalente a 2,1% e 0,6% do Produto Interno Bruto projetado para 2027.

⁵ Assistência técnica do FMI em julho de 2024 apoiou o Secretariado da Comissão de Gestão do Risco no desenvolvimento de ferramentas para análise quantitativa dos riscos orçamentais decorrentes de inundações e secas. Espera-se expandir gradualmente esse modelo de análise quantitativa para outros tipos de catástrofes naturais (por exemplo, erupções vulcânicas, terremotos, etc.). A Ferramenta permite simular combinações de contingências orçamentais, realocação, crédito interno/externo, doações, linhas de dívida contingente e seguros paramétricos.

B5. Riscos cibernéticos

A crescente digitalização da economia, da Administração Pública e dos serviços essenciais em Cabo Verde tem contribuído para ganhos de eficiência, transparência e acessibilidade. Contudo, a maior dependência de sistemas e infraestruturas digitais também aumenta a exposição do país a incidentes cibernéticos, cuja ocorrência poderá gerar impactos financeiros e orçamentais relevantes.

A materialização destes riscos poderá traduzir-se, designadamente, em custos associados à interrupção de serviços públicos, recuperação de sistemas e dados, reforço de medidas de segurança, contratação de serviços especializados e eventual necessidade de investimentos não previstos. Neste contexto, a resiliência cibernética constitui uma dimensão relevante da gestão dos riscos orçamentais, exigindo uma abordagem preventiva e uma afetação adequada e sustentada de recursos.

O risco cibernético em Cabo Verde é condicionado por um conjunto de fatores, entre os quais a crescente interconetividade dos sistemas, a crescente sofisticação das ameaças a nível global, a dependência de fornecedores externos de tecnologias e serviços e a limitada disponibilidade de recursos humanos especializados em segurança cibernética. Estes fatores podem aumentar a probabilidade de ocorrência de incidentes e, consequentemente, a sua potencial repercussão sobre as finanças públicas.

Entre as principais vulnerabilidades identificadas destacam-se a maturidade cibernética ainda limitada, refletida em lacunas ao nível das políticas, infraestruturas e recursos especializados; os riscos associados à cadeia de fornecimento, decorrentes da dependência de fornecedores externos de software, hardware e serviços; o baixo nível de consciencialização em segurança cibernética, que aumenta a exposição a ameaças baseadas em erro humano, como o *phishing* e a engenharia social; a capacidade de resposta a incidentes, designadamente em matéria de deteção, análise e resposta; a fragmentação dos esforços institucionais de segurança cibernética; e a necessidade de assegurar investimento sustentado em tecnologia, infraestrutura, formação e qualificação de recursos humanos.

Do ponto de vista orçamental, a materialização de um incidente cibernético poderá produzir efeitos tanto diretos, através de despesas extraordinárias associadas à

recuperação de sistemas, reposição de dados, contratação de serviços especializados e reforço das infraestruturas de segurança, como indiretos, através da interrupção temporária de serviços públicos, perda de produtividade e necessidade de reafecção de recursos orçamentais. Em incidentes de maior dimensão, poderão ainda verificar-se efeitos sobre a continuidade de serviços essenciais e sobre a confiança dos cidadãos e dos agentes económicos na prestação dos serviços públicos digitais.

A tabela seguinte apresenta os principais cenários de risco cibernético identificados, considerando a respetiva probabilidade de ocorrência, o impacto financeiro potencial e o nível de risco associado.

Tabela 8 - Matriz de Risco Cibernético

Risco Cibernético	Probabilidade	Impacto	Classificação na Matriz
Ataque de Ransomware em sistemas críticos	Alta	Crítico	Crítico
Vazamento de dados sensíveis de cidadãos	Média-Alta	Alto	Alto
Ataque DDoS a serviços públicos essenciais	Alta	Médio	Alto
Phishing / engenharia social com acesso indevido	Alta	Médio	Alto
Ameaças internas (negligência ou ação mal-intencionada)	Média	Médio	Moderado
Comprometimento de infraestruturas críticas	Baixa	Crítico	Alto
Vulnerabilidade na cadeia de suprimentos	Baixa-Média	Médio	Moderado
Ausência de CSIRT Nacional com capacidade de resposta	Alta	Crítico	Crítico
Inexistência de Centro Nacional de Cibersegurança para coordenação estratégica	Alta	Crítico	Crítico
Dificuldade na alocação orçamental para cibersegurança	Alta	Alto	Crítico
Escassez de profissionais qualificados em cibersegurança	Alta	Alto	Crítico
Baixo nível de consciencialização digital na população e nos serviços públicos	Alta	Médio	Alto
Falta de plano nacional de resposta a incidentes	Alta	Alto	Crítico
Dependência de tecnologias estrangeiras sem avaliação de risco	Média	Alto	Alto

Fonte: Direção Geral de Telecomunicações e Economia Digital

B6. Outros Riscos

Outros riscos relevantes para as finanças públicas de Cabo Verde estão associados à evolução demográfica e ao consequente aumento das despesas com pensões, bem como a eventuais decisões judiciais que possam determinar o pagamento, pelo Estado, de indemnizações compensatórias ou de outros encargos pecuniários.

A evolução demográfica constitui um risco relevante para as finanças públicas no médio e longo prazo. A população jovem representa um potencial para o crescimento económico, condicionado, contudo, pela capacidade de criar emprego, qualificar o capital humano e reduzir a emigração jovem. Paralelamente, o progressivo envelhecimento da população deverá aumentar as pressões sobre os sistemas de pensões, saúde e proteção social. Neste contexto, o OE2027 deverá promover políticas que valorizem a juventude e a diáspora, reforcem a base contributiva e assegurem a sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

No que concerne às despesas com pensões, estas permanecem como uma fonte relevante de pressão sobre as finanças públicas em 2027, atendendo ao seu carácter obrigatório, à reduzida flexibilidade de ajustamento e à tendência de crescimento observada nos últimos anos. Com uma taxa média de crescimento anual de 6,6% nos últimos cinco anos, esta componente da despesa condiciona progressivamente a margem disponível para a afetação de recursos a outras prioridades orçamentais.

A natureza estrutural destes encargos poderá limitar a capacidade de resposta da política orçamental a choques adversos e aumentar as pressões sobre a sustentabilidade das contas públicas, sobretudo num contexto de evolução demográfica desfavorável. Assim, a gestão deste risco exigirá uma monitorização permanente da dinâmica das pensões e da sua relação com as receitas públicas, articulada com medidas que reforcem a sustentabilidade do sistema de proteção social no médio e longo prazos, preservando simultaneamente a adequação da proteção aos beneficiários.

C. Quantificação dos riscos

Com base nos riscos orçamentais identificados e na análise efetuada, procedeu-se à sua quantificação, com o objetivo de aferir a sua potencial exposição e respetivo impacto nas finanças públicas. O resultado desta análise é apresentado, de forma sintética, no quadro abaixo.

Tabela 9- Quantificação de Riscos Orçamentais

Riscos Orçamentais	(milhões de CVE)
Cenário de risco (crescimento do PIB em 3% - impacto nas receitas fiscais)	11 149
Cenário de risco (crescimento do PIB em 3% - impacto nas outras receitas)	6 212
Riscos associados ao Setor Empresarial do Estado	3 841
Riscos associados às mudanças climáticas e catástrofes naturais - Inundações	6 896
Riscos associados às mudanças climáticas e catástrofes naturais - Seca	1 117
Avales e garantias (5,2% risco de incumprimento)	689
Risco associado ao serviço da dívida externa - Alteração de Câmbio (1% do serviço da Dívida Externa)	136
Riscos Cibernéticos	331
Riscos associados às decisões judiciais	3 308
Riscos associados ao aumento das despesas com pensões	617
TOTAL	34 296

Fonte: Secretariado da CCGRO/MF

D. Conclusão e Recomendações

Tendo em consideração os riscos orçamentais identificados e os potenciais impactos associados, apresentam-se, de seguida, um conjunto de recomendações orientadas para o seu acompanhamento, prevenção e mitigação, visando reforçar a capacidade de resposta das finanças públicas e a resiliência financeira de Cabo Verde:

- ✓ Promover a consolidação orçamental, tendo em conta a imperatividade da contenção e a qualidade da despesa corrente (priorizando despesas de alto retorno económico e social), a mobilização de receitas endógenas, o alargamento da base tributária, a redução da economia informal e a diversificação das fontes de financiamento, privilegiando o recurso aos empréstimos concessionais;
- ✓ Manter o planeamento e a gestão da carteira da Dívida Pública, através do acompanhamento contínuo das melhores práticas internacionais na matéria;
- ✓ Continuar com as reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro de governança, transparência e monitorização do seu desempenho financeiro, para reduzir os riscos orçamentais e, consequentemente, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo e redução dos passivos contingentes associados ao SEE;
- ✓ Melhorar a qualidade da gestão dos investimentos públicos direcionado para as atividades produtivas com maior inclusão e melhor equidade, visando a dinamização do crescimento económico e atração do investimento privado interno e externo;
- ✓ Levar em conta os impactos das alterações demográficas nas políticas públicas, nomeadamente, fazer uma avaliação da adequação dos benefícios futuros atribuídos pelos regimes de pensões, de forma a assegurar uma adequada partilha de riscos e rendimentos inter-geracionais;
- ✓ Operacionalizar a recolha de dados sobre riscos relacionados às ações judiciais contra o Estado para melhor avaliar a dimensão do risco potencial;
- ✓ Para reduzir os riscos associados aos eventos climáticos extremos, Cabo Verde deve adotar uma série de estratégias e medidas, muitas das quais em fase de

implementação e que se concentram na adaptação às mudanças climáticas e na resiliência:

- Planeamento e dados: consolidar a base nacional de ameaça, exposição e vulnerabilidade (perfis municipais, mapas de risco e histórico de custos públicos), interoperável com a Ferramenta de Quantificação de Riscos Climáticos.
- Planeamento Urbano e Uso do Solo: desenvolver políticas de uso do solo baseadas em mapas de risco detalhados, que identifiquem áreas vulneráveis a inundações, deslizamentos e outros riscos climáticos, evitando construções em áreas de alto risco.
- Reserva orçamental e instrumentos: fixar contingências plurianuais alinhadas com perdas esperadas; recapitalizar o Fundo Nacional de Emergência e o Fundo Soberano de Emergência, integralmente afetados em 2025; manter ativa a Opção de Saque Diferido para Catástrofes (*Cat DDO*); avaliar seguros paramétricos setoriais a adesão à *African Risk Capacity*; e explicitar, num Plano de Financiamento de Desastres, regras de realocação e *gatilhos* de desembolso.
- Adaptação prioritária com co-benefícios fiscais: acelerar projetos de drenagem urbana e bacias de retenção; gestão integrada de bacias e recarga/armazenamento; eficiência hídrica e energética na dessalinização; proteção costeira em zonas críticas; e resiliência rodoviária (pontos de estrangulamento).
- Proteção social e empresas: reforçar mecanismos de proteção social sensíveis a choques; apoiar micro e pequenas empresas para continuidade de negócios; e incorporar critérios climáticos na programação do crédito público.
- Adaptação do sistema agroalimentar: introduzir e promover o uso de variedades de culturas agrícolas resistentes à seca e a outras condições climáticas adversas e incentivar práticas agrícolas que conservem água, como a rega gota-a-gota, hidroponia, agrofloresta e que protejam o solo

da erosão. Incluir a gestão integrada de recursos hídricos como parte das práticas agrícolas sustentáveis, bem como o reforço dos programas de resgate pecuário e de distribuição de sementes, que constituem a maior componente da resposta pública observada em episódios de seca.

- **Sistemas de Alerta Precoce e Resposta a Desastres:** estabelecer sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos, que informem rapidamente as comunidades e permitam uma resposta ágil e desenvolver e testar regularmente planos de resposta a emergências climáticas, incluindo evacuação e assistência em casos de desastres. A avaliação pós-desastre de 2025 identifica a fragilidade institucional na gestão do risco, na preparação e no alerta precoce como um dos principais fatores de amplificação da severidade do evento.
- ✓ A fim de mitigar os riscos cibernéticos identificados, recomenda-se:
 - Reforçar a governação e o quadro legal de cibersegurança;
 - Fortalecer as capacidades de prevenção, deteção e resposta a incidentes;
 - Promover a capacitação contínua em matéria de cibersegurança;
 - Reforçar a segurança de infraestrutura críticas;
 - Assegurar o financiamento adequado, bem como mecanismos de monitorização e avaliação.